SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

15/07/2015 - Telesíntese

STF deve analisar eleição do conselho de comunicação social após o recesso

Parlamentares e organizações civis questionam procedimentos que resultaram nas nomeações. Integrantes foram empossados nesta quarta-feira.

A nomeação dos integrantes do Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional será analisada pelo Superior Tribunal Federal (STF) apenas após o recesso parlamentar, que se inicia na sexta-feira, 17. O ministro do STF, Ricardo Lewandowski, negou liminar para que o tribunal julgasse nesta semana mandado de segurança pedindo anulação da eleição, ocorrida em 8 de julho.

Por isso, a posse do novo Conselho ocorreu hoje, 15, normalmente. O mandado de segurança foi protocolado no STF ontem pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP) e outros nove parlamentares e nove entidades da sociedade civil. Eles defendem que o processo que levou à homologação da nova composição do Conselho foi ilegítimo, inconstitucional e antirregimental. Lewandowski decidiu que, em função do recesso que será iniciado, não há urgência em analisar a questão.

cDe acordo com os parlamentares e as entidades civis, a sessão na qual os novos membros foram eleitos não registrou quórum mínimo de 257 deputados e 41 senadores para deliberação. Eles defendem que, segundo a que cria o CCS, a votação deve acontecer em sessão conjunta das duas Casas. Alegam ainda que houve quebra do Regimento Comum do Congresso Nacional, uma vez que a pauta não foi distribuída aos parlamentares com a antecedência de 24h, como deve ser feito no caso dos itens da ordem do dia, bem como as indicações não foram submetidas à votação secreta em plenário.

As entidades também questionam a legitimidade dos nomes empossados hoje. Das vagas destinadas à sociedade civil, dois são ministros: do Turismo, Henrique Eduardo Alves (titular), e da Ciência e Tecnologia, Aldo Rebelo (suplente); um ex e um atual servidor da Secretaria de Comunicação do Senado e a diretora do Instituto Palavra Aberta, que reúne associações empresariais – que, por sua vez, já possuem vagas próprias na composição do CCS.

Durante a cerimônia de posse, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara, alfinetou os críticos à eleição: "Em tempos em que tecnologias de informação se modificam com velocidade, é essencial a manutenção de fórum de pessoas qualificadas, que possam ser consultadas para matérias atinentes à comunicação social," destacou. Ele saudou a escolha, para conselheiros, dos ex-presidentes da Câmara Henrique Eduardo Alves e Aldo Rebelo, atuais ministros do Turismo e da Ciência e Tecnologia, respectivamente.

O conselho tem 13 integrantes titulares e 13 suplentes, que cumprirão mandato de dois anos. São três representantes de empresas de rádio, televisão e imprensa escrita; um engenheiro especialista na área de comunicação social; quatro representantes de categorias profissionais e cinco representantes da sociedade civil. O conselho estava sem funcionar desde agosto do ano passado, quando venceram os mandatos dos integrantes. Entre as suas atribuições, está a de realizar estudos, pareceres e outras solicitações encaminhadas pelos parlamentares sobre liberdade de expressão, monopólio e oligopólio dos meios de comunicação e sobre a programação das emissoras de rádio e TV.

O professor de comunicação e pesquisador do Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom) da Universidade de Brasília (UnB) Murilo César Ramos, um dos indicados como suplentes para as vagas da sociedade civil, não tomou posse nesta quarta-feira "para não legitimar o processo".

Os deputados que entraram com o mandato de segurança foram Luiza Erundina (PSB-SP), Glauber Braga (PSB-RJ), Janete Capiberibe (PSB-AP), Jean Wyllys (PSOL-RJ), Chico Alencar (PSOL-RJ), Alessandro Molon (PT-RJ), Érika Kokay (PT-DF), Margarida Salomão (PT-MG). Os senadores foram Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e João Capiberibe (PSB-AP). As entidades foram Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM), Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itabaré, Conselho Curador da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Rádio, Televisão Aberta ou por Assinatura (Fitert) e Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

15/07/2015 - Telesíntese

Netflix quer concluir expansão mundial até 2016

Companhia inicia operação em Espanha, Itália e Portugal neste semestre e prevê chegada à China até final do próximo ano.

A Netflix, empresa de streaming de vídeo over the top, disse hoje,15, que pretende concluir sua expansão mundial até o final de 2016. A empresa não revelou a quantos países pretende chegar, no entanto. Segundo o balanço financeiro divulgado nesta quarta-feira, já conta com 65 milhões de usuários, sendo 42 milhões nos Estados Unidos e 23 milhões no resto do mundo.

O balanço, referente ao segundo trimestre do ano, mostra aquisição de 3,3 milhões de usuários entre abril e junho. Desse total, 900 mil entraram no serviço nos EUA, e 2,37 milhões em outros países. Os números são mais de 2x superiores ao registrado nos mesmos meses de 2014 e superaram as projeções divulgadas pela empresa no primeiro trimestre, que previa 2,5 milhões de novas assinaturas no total. Para a empresa, serviram como catalisadores o lançamento de novas temporadas de produções próprias, como Orange is The New Black, e a estreia de séries exclusivas, como Daredevil, Sense8 e Grace and Frankie.

A receita nos EUA cresceu 5%. O país representa, atualmente, a maior parcela do faturamento da companhia, responsável por US$ 1 bilhão. O faturamento total, somados os demais países, foi de US$ 1,64 bilhão. O país também é a operação lucrativa. Ali, a Netflix teve lucro de US$ 340 milhões, enquanto a operação internacional acumulou prejuízo de US$ 92 milhões.

O lucro líquido da companhia foi de US$ 26 milhões, 173% menor que em igual período do ano passado. Contribuiu para o resultado o impacto da variação cambial, que levou a uma perda de US$ 83 milhões. As perdas internacionais devem continuar enquanto a empresa mantiver seus planos de expansão. A perspectiva é lançar o serviço em Espanha e Itália no terceiro trimestre, em Portugal no quarto trimestre, e em outros países, inclusive China, em 2016.

Apoio a consolidação nos EUA

A empresa também colocou no balanço o apoio à fusão entre a provedora de acesso Charter e a Time Warner Cable. Na opinião da Netflix, a fusão terá impacto positivo sobre a neutralidade de rede, uma vez que a Charter renovou ontem, junto à Federal Communications Commission (FCC) o compromisso de não cobrar por interconexão com provedores de conteúdo – política inversa à praticada pela TWC. "A política da Charter é a via correta para fazer a internet crescer", diz a Netflix na carta aos acionistas.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/07/2015 - Instituto Telecom

Minicom quer retomar frequências ociosas das teles

O diretor do Departamento de Banda Larga, do Ministério das Comunicações, Artur Coimbra, defendeu, nesta quarta-feira, 15, a retomada das frequências não utilizadas pelas operadoras móveis. Segundo ele, há frequências ociosas em 32% dos municípios onde há cobertura móvel no País, naqueles com menor capacidade econômica e onde se caracteriza situação de monopólio, contribuindo para baixa qualidade do serviço prestado.

Coimbra, que participou de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado sobre qualidade do serviço de telefonia móvel, disse que as prestadoras devem otimizar o uso das redes existentes, ampliando a cobertura para outras localidades fora da sede municipal com investimentos baixos, usando, por exemplo, small cells. O diretor do Minicom defendeu também que as teles invistam mais nos seus canais de relacionamento com os usuários e alterem o código de conduta adotado recentemente por elas para que se torne "mais concreto que principiológico".

Porém, a principal preocupação de Coimbra é com a queda ainda maior da qualidade do serviço móvel nos próximos dois anos, em função da redução de investimentos já anunciada pelas teles. Ele ressalta que isso ocorrerá no mesmo período de grande pressão sobre as redes, devido ao crescimento vertiginoso da adesão ao serviço de banda larga móvel.

Para o presidente-executivo do SindiTelebrasil, Eduardo Levy, muitas queixas contra a qualidade do serviço móvel são provenientes da falta de cobertura, mas que a falta de abrangência da rede é culpa da política pública brasileira para telecomunicações, que prioriza a arrecadação ao estabelecimento de metas de atendimentos nos leilões de frequência. Ele afirmou que, sem obrigação, as teles não vão ofertar serviços em estradas e distritos onde não há retorno econômico.

Para superar essa dificuldade, Levy propõe a adoção de desonerações seletivas, por parte dos governos federal e estaduais. Também voltou a defender o uso dos fundos setoriais para levar a cobertura onde a exploração do serviço é economicamente inviável. E que o número de reclamações contra o serviço deve ser relativizado já que tem uma adesão maciça.

O superintendente de Controle de Obrigações da Anatel, Roberto Martins, por sua vez, afirmou que as queixas contra a telefonia fixa são relativamente maiores que contra o serviço celular e que isso também é motivo de grande preocupação da agência. Mas não concorda com a posição das tele de só levar o serviço móvel fora dos grandes centros onde há obrigação. "As empresas deviam pensar mais nos consumidores", disse.

Martins aproveitou para ressaltar que a baixa arrecadação de multas pela Anatel, como apurou o Tribunal de Contas da União (TCU) em torno de 2%, seja resultado de ineficiência. Ele disse que esse quadro é resultado da previsão de ampla defesa garantida às empresas, mas que será alterado a partir do tratamento acelerado dos processos de multas, em estudos na agência.

Segundo Martins, em 2014, a Anatel aplicou multas no valor total de R$ 4,9 bilhões. Desses, apenas R$ 700 milhões foram arrecadados, enquanto R$ 2,2 bilhões foram judicializados e outros R$ 1,8 bilhão foram inscritos no Cadin.

Para a coordenadora da Proteste, Maria Inês Dolci, a má qualidade do serviço móvel foi comprovada em pesquisa feita pela entidade em todos os estados. Porém, acredita que para combater o custo alto do serviço, a Anatel deveria adotar para as tarifas de varejo o que já usa nos preços de atacado, o modelo de custos. "Isso levaria à redução dos preços do serviço, que são apontados por pesquisas, como os mais caros da América Latina", disse.

O diretor do Procon-DF, Paulo Sampaio, observou que as reclamações contra as operadoras móveis têm crescido em Brasília, mas que vê a disposição das empresas em solucionar os conflitos. "Nosso índice de resolução supera os 50% estipulados pela Secretaria Nacional do Consumidor", afirmou.

O consultor do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviço e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura (Sinstal), Marcelo Proença, disse que a qualidade do serviço móvel também é impactada pela contratação, pelas operadoras, de terceirizadas sem capacidade técnica. "Pressionadas por custos, as tele estão contratando empresas 'gatos' para serviços de instalação de redes e call centers", advertiu.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/07/2015 - Instituto Telecom

Dados responderão por 60% da receita das teles na América Latina em 2020

A receita com tráfego de dados e serviços de valor adicionado entre as operadoras latino-americanas vai crescer a uma velocidade média de 10% ao ano entre 2015 e 2020, quando responderá por 60% do faturamento total do setor, prevê a consultoria Pyramid Research, em relatório recém-publicado. Hoje, essa participação gira em torno de 40% – na Vivo, por exemplo, foi 42% da receita do serviço móvel no primeiro trimestre. Em 2011, dados representaram 22% do faturamento do setor na região.

De acordo com os analistas da Pyramid, as operadoras latino-americanas têm duas razões para centrar seus esforços em planos de dados e serviços de valor adicionado: 1) mudanças regulatórias estão reduzindo a receita com interconexão de voz; 2) aplicativos over-the-top (OTT) de comunicação estão se popularizando e impactando o consumo de minutos de voz sobre a rede móvel tradicional.

Base

A Pyramid prevê que a base de conexões móveis na América Latina vai crescer 3,3% este ano, chegando a 757,2 milhões em dezembro, equivalente a uma penetração de 122%. Até 2020, a região vai registrar um aumento médio de 3,2% ao ano, alcançando em cinco anos a marca de 885 milhões de conexões móveis ativas. Nesse período, a América Latina será a quarta com maior crescimento, atrás de África e Oriente Médio (5,9% ao ano), Ásia-Pacífico (5,3%) e América do Norte (3,4%).

Segundo analistas da empresa, a expansão da base latino-americana será puxada pelos seguintes fatores: aumento da cobertura em áreas hoje não atendidas; implementação de políticas públicas pró-competição; surgimento de novas operadoras móveis virtuais; e crescimento da adoção de soluções de comunicação máquina a máquina (M2M) e Internet das Coisas (IoT).

15/7/2015 - Correio do Brasil

Dilma diz que Brasil vai voltar a crescer e gerar empregos

A presidente Dilma Rousseff reconheceu mais uma vez nesta quarta-feira que o país passa por um momento de dificuldades econômicas, mas disse que o Brasil vai voltar a crescer e gerar cada vez mais empregos.

Em cerimônia de inauguração de uma ponte em Laguna, no Estado de Santa Catarina, Dilma disse ser preciso construir pontes para unir as pessoas e atravessar as dificuldades, em meio a uma crise com sua base aliada no Congresso.

– O que nós queremos no Brasil é que entre nós se construam pontes, porque juntos nós somos capazes de superar todas as dificuldades… Podem ter certeza, o Brasil vai voltar a crescer, gerar cada vez mais pontes como essa, gerar empregos e contar com sua população trabalhadora – disseDilma em discurso.

"Não vou cair"

No dia 7 de julho, a presidenta Dilma Rousseff garantiu em entrevista publicada no jornal Folha de S. Paulo que não há base para isso e não vai cair. Dilma disse ainda que quer acelerar o ajuste fiscal e fará o possível para a recessão ser a menor possível.

Na entrevista Dilma disse: "Eu não vou cair. Eu não vou, eu não vou. Isso é moleza, isso é luta política. As pessoas caem quando estão dispostas a cair. Não estou. Não tem base para eu cair. E venha tentar, venha tentar. Se tem uma coisa que eu não tenho medo é disso". Na matéria a presidenta diz que "para tirar um presidente da República tem que explicar por que vai tirar".

– Confundiram seus desejos com a realidade, ou tem uma base real? Não acredito que tenha uma base real – completou.

Dilma referiu-se a "uma certa oposição um tanto golpista", mas disse que não acha que toda oposição "seja assim".Apesar de atritos crescentes com lideranças do PMDB, especialmente o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Dilma rejeitou qualquer problema com o partido – o maior da base governista e que tem o vice-presidente da República, Michel Temer– dizendo que não são os peemedebistas que querem seu afastamento e disse que acha o "PMDB ótimo."

Segundo a presidenta, acelerar o ajuste fiscal é fazer já tudo que for preciso, "porque quanto mais rápido fizermos, mais rápido sairemos dele". Dilma disse ainda que o Executivo prepara "medidas estruturantes que contribuem ao mesmo tempo para o ajuste como para o médio e longo prazos", mas não disse quais seriam as medidas.

Admitindo estar surpresa com a intensidade da recessão da economia neste ano, Dilma disse que "até o final do ano vou fazer o diabo para fazer a menor (recessão) possível".

15/07/2015 - Rede Brasil Atual

HSBC lidera ranking de reclamações do Banco Central

Reclamação mais frequente em junho é sobre irregularidades relativas à integridade, confiabilidade, segurança, sigilo ou legitimidade das operações e serviços

Índice do HSBC chegou a 10,84, seguido pela Caixa, 9,74, e Bradesco, 8,76

O banco HSBC liderou o ranking de reclamações do Banco Central (BC), em junho. De acordo com dados divulgados hoje (15), no mês passado, 111 reclamações foram consideradas procedentes e reguladas pelo BC.

Na lista, estão as instituições com mais de 2 milhões de clientes. Para fazer o ranking, as reclamações são divididas pelo número de clientes da instituição financeira que originou a demanda e multiplicadas por 1 milhão. Assim, é gerado o índice, que representa o número de reclamações de cada instituição financeira para cada grupo de 1 milhão de clientes. O índice do HSBC chegou a 10,84. Em segundo lugar, vem a Caixa Econômica Federal, com 9,74, e depois o Bradesco, com 8,76.

A reclamação mais frequente em junho é sobre irregularidades relativas à integridade, confiabilidade, segurança, sigilo ou legitimidade das operações e serviços (617). Em segundo lugar, vêm as queixas sobre restrição à portabilidade de crédito consignado (404) e, em terceiro, as reclamações sobre débitos em conta não autorizados (270).

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

15/07/2015 - RBA

Possibilidade de reduzir horário de almoço dos trabalhadores divide opiniões

Contrários à alteração, juízes e procuradores alertaram para os riscos à saúde e à segurança no trabalho que a medida pode ocasionar

A possibilidade de flexibilizar o horário de almoço ou de descanso por meio de acordo coletivo, conforme projeto (PLS 8/2015) em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, dividiu opiniões em audiência pública hoje (15). Contrários à alteração, juízes e procuradores alertaram para os riscos à saúde e à segurança no trabalho que a redução pode ocasionar. Representantes de confederações de diversos setores da economia citaram a liberdade de escolha dos funcionários e outros ganhos, como menos horas no trânsito e mais tempo de convivência com a família ao evitar a saída no horário de pico, para defender a modernização da lei.

Na opinião da procuradora do Ministério Público do Trabalho Juliana Carrero, as negociações coletivas devem ser prestigiadas, sim, mas não em relação a toda e qualquer pactuação. Segundo afirmou, o intervalo intrajornada de no mínimo uma hora para quem trabalha mais de seis horas seguidas é uma medida de segurança e saúde no trabalho, é impositiva e não pode ser afastada pelo trabalhador se ele quiser.

"O trabalhador não tem noção do que efetivamente pode decorrer de uma redução desse tipo na jornada dele. Não pode dizer simplesmente "eu quero a redução", não interessa, da mesma forma que ele não pode dizer que quer trabalhar 10, 12 horas por dia", defendeu.

Da mesma forma, o juiz Luiz Antonio Colussi, representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), frisou a garantia de saúde e segurança dos empregados. O intervalo intrajornada é essencial para que os funcionários reponham energias e mantenham a concentração e o foco no trabalho, para dificultar a ocorrência de acidentes.

O mesmo motivo foi apontado por José Carlos Torves, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que também é contrário à proposta. Segundo lembrou, a situação dos jornalistas é ainda pior, por trabalharem até 10, 12 horas por dia, muitas vezes em situação de risco, sob forte cansaço e estresse, e a jornada de cinco horas garantida por lei nunca ser cumprida. Ele também alertou para a existência de um movimento de ataque ao mundo do trabalho e aos trabalhadores, com retirada de direitos e garantias. Apontou como exemplo disso a MP 680/2015, que permite a redução da jornada e dos salários.

"Óbvio que há necessidade de superar a crise, mas (as medidas) não podem cair só sobre os direitos dos trabalhadores", afirmou.

Projeto

A alteração proposta na regra de intervalo para repouso e alimentação estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tem na CAS relatório pela rejeição, apresentado pela senadora Angela Portela (PT-RR), e um voto em separado da senadora Ana Amélia (PP-RS), defendendo sua aprovação.

Vários senadores defenderam modificações na proposta. Waldemir Moka (PMDB-MS) pediu que a redação do texto seja mais claro, diferenciando segmentos econômicos em relação aos quais não se aplicaria a flexibilização.

O senador Paulo Paim (PT-RS) sugeriu que não se coloque a proposta em votação enquanto centrais sindicais e outras federações de trabalhadores não forem ouvidas. "Às vezes uma boa intenção pode gerar prejuízos para os mais fracos", disse.

Já a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a necessidade de levar em consideração os argumentos dos juízes e procuradores do Trabalho. Segundo ela, a Justiça do Trabalho mantém o equilíbrio das relações trabalhistas no país, uma vez que o lado do poder econômico – representado pelos empregadores – é mais forte.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Valorização

Para o representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Kurtz, o projeto valoriza as negociações coletivas de trabalho, representando assim um avanço para as relações trabalhistas. Ele também lembrou que as negociações coletivas só se estabelecem quando há interesse das duas partes, não é unilateral.

"Melhor trabalhar meia a hora a mais durante a semana (reduzindo o almoço) para ficar no sábado com sua família", disse.

Alain Mac Gregor, representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC), afirmou que o projeto traz facilidades para o mundo do trabalho e fortalece os sindicatos. As negociações, afirmou, seriam feitas sob lastro constitucional e com previsão em dispositivo constante do parágrafo 3º do artigo 71 CLT. Ele permite que o intervalo seja reduzido por ato do ministro do Trabalho, com condicionantes: que seja ouvido o Serviço de Alimentação de Previdência Social, que o estabelecimento atenda às exigências sobre organização dos refeitórios e que os empregados não estejam sob regime de trabalho prorrogado em razão de horas suplementares. O texto aprovado tornaria o processo menos burocrático, avaliou.

"Não existem mais fragilidades na representação sindical. O trabalhador representado jamais sofrerá prejuízos por negociações de sindicatos, que estão ali para protegê-lo", disse.

Rodrigo Valente, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ressaltou que é por meio das negociações coletivas, via acordos e convenções coletivas de trabalho, que as reais necessidades das categorias são atendidas.

O autor da proposta, senador Blairo Maggi (PR-MT), disse que o projeto busca adequar as relações de trabalho ao mundo real. Não é nada imposto, faz quem quer e por acordo, mas exceções devem ser observadas, como o setor da construção civil, trabalho braçal e pesado que demanda mais descanso.

"As pessoas têm que ter discernimento de definir sua vida. O Estado não pode tutelar tudo e a todos a qualquer momento", afirmou.

Na opinião de Ana Amélia (PP-RS), não se pode comparar coisas diferentes, tratando todos os setores da atividade econômica da mesma forma. Alguns mais vulneráveis precisam da proteção do Estado, mas há outros mais modernos em que o cidadão poderia exercer sua liberdade de escolha. Conforme a senadora, é preciso desmistificar a visão do trabalhador como alguém sempre explorado pelo empregador. Na mesma linha, o presidente da CAS, senador Edison Lobão (PMDB-MA), disse que empresas e trabalhadores não existem um sem o outro.

"As legislações precisam ser sempre atualizadas. Algo que foi construído há 40, 50 anos, quando o trabalho era diferente do que é hoje, não podemos imaginar que hoje é mais adequado. Mas que os princípios e direitos se mantenham porque são corretos e justos e devem preservar o trabalhador", afirmou Douglas Cintra (PTB-PE).